



**CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU**

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2022**

### **APRESENTAÇÃO**

O Consórcio Público Rio Guandu (CPRG), associação pública, de direito público, criado com base na Lei 11.107/2005, está sujeito aos mesmos princípios da Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. É composto por cinco municípios do Estado do Espírito Santo: Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, sendo sua área de atuação o somatório das áreas territoriais dos entes consorciados.

A finalidade do Consórcio é a implementação de políticas públicas comprometidas com o processo regional de gestão de recursos hídricos, do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e de interesses comuns dos entes consorciados. Dentre seus objetivos, destacamos a gestão associada de serviços públicos, os quais podemos destacar os serviços de Licenciamento Ambiental Municipal, Recuperação Ambiental, Conservação de Água e Solo, entre outros.

A execução das despesas do Consórcio Público atende às normas de direito público: Licitação, Celebração de Contrato, Prestação de Contas submetida ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Admissão de Pessoal por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Contratos de Rateio (instrumento de repasse de recursos financeiros dos municípios ao Consórcio) e de Contrato de Programa.

A Assembleia Geral é a instância máxima deliberativa do CPRG, formada pelos chefes dos poderes executivos dos entes consorciados, presidida pela diretoria eleita para o biênio 2021/2022, formada pelo Sr. Christiano Spadetto, Prefeito de



## CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Conceição do Castelo e o Vice-Presidente, Sr. Josafá Storch, Prefeito de Laranja da Terra. No ano de 2022 foram realizadas oito reuniões, sendo cinco extraordinárias (fevereiro, maio, junho, julho, agosto) e três ordinárias<sup>1</sup> (março, setembro e dezembro).

O Conselho Fiscal é responsável por exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, composto por cinco membros, sendo um representante de cada município consorciado, reuniu-se duas vezes, sendo a primeira para análise da Prestação de Contas do segundo semestre de 2021 e a segunda referente ao primeiro semestre<sup>2</sup> de 2022.

A Secretaria Executiva está vinculada diretamente a Presidência para permitir o pleno funcionamento das atividades administrativas, programas, projetos e ações do Consórcio. Juntamente com a Secretaria Executiva, estão a Assessoria Contábil realizada pela empresa Inová Assessoria Contábil. A Assessoria Jurídica realizada pela empresa Tristão Assessoria. Ambas trabalham em sintonia com a Secretaria Executiva para otimizar os assuntos que envolvem os objetivos e responsabilidades do Consórcio.

Além das assessorias supracitadas, a Assessoria e Consultoria para Gestão de Contratos e Convênio e captação de recursos, realizada pela empresa Captar Assessoria e Consultoria em Gestão Pública, em 2022 atuou na(o):

- ✓ Gestão e conclusão do Contrato de Repasse N<sup>o</sup> 858709/2017/MMA<sup>3</sup>/CAIXA;
- ✓ Submissão de proposta para captação de recursos no Edital do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC) com ações para mitigação e adaptação às mudanças climáticas – Projeto cujo objeto é a elaboração de estudo para levantamento de gases do efeito estufa (GEE), emitidos

---

<sup>1</sup> As reuniões ordinárias nos meses de março, setembro e dezembro, são previstas para a apreciação da PCA do ano anterior a ser submetida ao TCEES, para deliberação do orçamento do ano seguinte e para eleição da diretoria para o próximo biênio, respectivamente.

<sup>2</sup> A Prestação de Contas era apresentada ao Conselho Fiscal por semestre.

<sup>3</sup> Ministério do Meio Ambiente (MMA).



## CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

- por empreendimentos licenciados pelo Consórcio Público Rio Guandu, que desenvolvem a atividade de secagem mecânica de grãos e, instalação de sistemas detentores de partícula para secadores de grãos, de forma a apoiar as cadeias produtivas sustentáveis;
- ✓ Edital de Emendas 2022 – Felipe Rigoni, Projeto cujo objeto é a “Aquisição de um software e equipamentos para subsidiar as atividades de Licenciamento Ambiental Consorciado, realizado pelo Consórcio Público Rio Guandu, nos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, tornando o processo totalmente digital e tecnológico”, no valor de R\$ 817.000,00 (Oitocentos e dezessete mil reais). O recurso disponibilizado conforme o calendário do Orçamento 2023;
  - ✓ Celebração do Convênio Plataforma Mais Brasil Nº 935870/2022, entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Consórcio Público Rio Guandu, referente ao Edital de Emendas 2021 do Deputado Felipe Rigoni.
  - ✓ Obtenção do Selo Aliança pelas Águas Brasileiras referente ao Edital de Chamamento Nº 01/2021 do Comitê Gestor do Selo. O mesmo foi entregue em Cerimônia pelos ministros do Meio Ambiente e do MDR.
  - ✓ Recurso originário das Prestações de Pena de Pecuniária do Poder Judiciário – Corregedoria Geral da Justiça – Promotoria de Justiça de Laranja da Terra, para aquisição de biodigestores aos beneficiários do Projeto Cultivar, no valor de R\$ 37.490,00.

Os programas, projetos e ações do Consórcio são desenvolvidos pela equipe de Execução Programática formada por 03 Assessores de Projetos, 03 Gerentes de Projetos e 02 Chefes de apoio Administrativo.

Em relação aos processos licitatórios ressaltamos que as contratações para funcionamento do Consórcio enquadram-se, em sua maioria, como dispensa de licitação. Já quando se trata de atividades finalísticas, foram realizados:



## CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

- ✓ Foi homologado o resultado do Pregão Presencial nº 001/2021 cujo objeto o registro de preços para futuras contratações de empresa especializada em prestação de serviços de CONSULTORIA AMBIENTAL (Elaboração de estudos, projetos, publicações, entre outros.), desde a formalização do requerimento inicial até a obtenção da Licença Ambiental. A empresa vencedora foi a Agroplant Consultoria e Projetos. A ata de Registro de Preço foi encaminhada aos municípios consorciados para contratação conforme a necessidade, sendo válida até 17/02/2023.

O Consórcio tem como missão “*Articular e desenvolver ações conjuntas de proteção e conservação dos recursos naturais nos municípios de atuação, integrando os diversos setores da sociedade e visando o fortalecimento da gestão ambiental.*” Está firmado nos valores: **Integração, Comprometimento, Persistência, Superação e Ética.** Com a visão de “*Ser reconhecido como agente articulador de integração de políticas públicas nos municípios de atuação até 2020.*”

### ÁREAS DE ATUAÇÃO

#### 1. Gestão de Recursos Naturais

Área responsável pelos programas e projetos com foco na recuperação ambiental e na conservação de água e solo, como:

1.1 Programa Reflorestar: Atuação como consultor do Bandes, no monitoramento e na elaboração de projetos técnicos no âmbito do Programa. O Consórcio possui projetos distribuídos nos municípios de Afonso Cláudio (25), em Brejetuba (27) e em Conceição do Castelo (05).

Em 2022 foram realizadas reuniões para alinhamento de projetos em monitoramento e treinamentos para elaboração dos projetos técnicos de acordo com as adequações do Portal Reflorestar.



# CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

1.2 Projeto Cultivar: Execução e conclusão do Contrato de Repasse nº 858709/2017, conforme os resultados gerais do Projeto com o recurso da Agência Nacional de Águas (ANA):

RELATÓRIO DO PROJETO CULTIVAR - QUANTITATIVO GERAL DO PROJETO CULTIVAR - 1ª E 2ª ETAPA								
MUNICÍPIOS	ETAPA	PROPRIEDADES	PRODUTOR	QUANTITATIVOS EXECUTADOS				
				PRÁTICAS MECÂNICAS			RECUPERAÇÃO FLORESTAL	
				CAIXA SECA	BARRAGINHA	TERRAÇO	CERCAMENTO (m)	AREA (HA)
BAIXO GUANDU	1	12	12	31	51	01	3.548	9,53
	2	04	03	83	11	0	711	0,67
BREJETUBA	1	17	15	293	03	01	6.267	22,4
	2	09	09	282	20	14	1.358	4,41
LARANJA DA TERRA	1	26	26	311	18	23	0	1,49
	2	11	11	329	09	14	0	7,15
<b>TOTAL</b>		<b>79</b>	<b>76</b>	<b>1.329</b>	<b>112</b>	<b>53</b>	<b>11.884</b>	<b>45,65</b>

Tabela 01: Quantitativos gerais de execução do Projeto Cultivar.

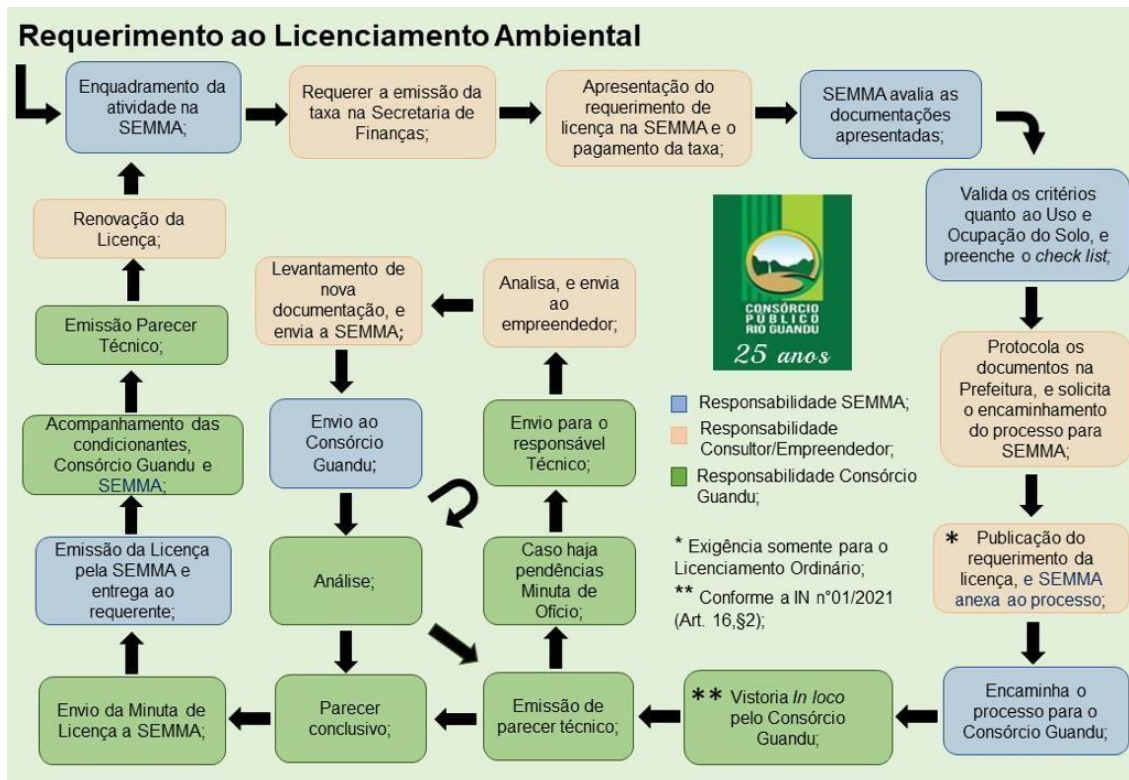
RELATÓRIO DO PROJETO CULTIVAR - QUANTITATIVO GERAL DO PROJETO CULTIVAR - 1ª E 2ª ETAPA				
MUNICÍPIOS	CAPACIDADE DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA (L)		VALORES INVESTIDOS	
	1ª ETAPA	2ª ETAPA	1ª ETAPA	2ª ETAPA
BAIXO GUANDU	26.430.350	4.271.325	R\$ 300.210,28	R\$ 60.459,43
BREJETUBA	17.428,950	5.484.000	R\$ 226.624,79	R\$ 118.690,16
LARANJA DA TERRA	18.973,975	14.157.650	R\$ 135.901,41	R\$ 53.997,97
<b>TOTAL</b>	<b>62.833,275</b>	<b>23.912.975</b>	<b>R\$ 662.736,48</b>	<b>R\$ 233.147,56</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>23.975.808,28</b>		<b>R\$ 662.736,48</b>	<b>R\$ 233.147,56</b>
<b>TOTAL GERAL INVESTIDO</b>			<b>R\$ 895.884,04</b>	

Tabela 02: Valores investidos no Projeto Cultivar.

## 2. Gestão Ambiental

Área que destacamos o Licenciamento Ambiental Municipal, em que o Consórcio atua como corpo técnico aos municípios consorciados. Além do Apoio a Fiscalização.

2.1 Licenciamento Ambiental: é um instrumento administrativo e dinâmico que vem busca o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal. Neste sentido, foram realizadas visitas de benchmarking para vislumbrar o aperfeiçoamento do modelo consorciado.



**Figura 01:** Modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada.

Para que a atuação do Consórcio como órgão técnico dos municípios seja atuante e ofereça o suporte necessário, porém, de forma participativa, foi criada a Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental (CTLAM), um colegiado com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, que abrange os municípios consorciados. Seus objetivos são:

- I. Promover a operacionalização do modelo de Licenciamento Ambiental consorciado;
- II. Apoiar a consolidação de Políticas Públicas que estimulem ações socioambientais nas áreas contempladas;



## CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

- III. Apoiar e promover a integração de órgãos e entidades regionais na Gestão Ambiental na área de atuação;
- IV. Apoiar o desenvolvimento e execução das ações de Comunicação Social para a difusão e fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal.

Em 2022 com o advento da Resolução CONSEMA Nº 001/2022 foram realizadas oito oficinas de revisão do enquadramento das atividades de impacto local com vistas a atualização do enquadramento e da lista das atividades dispensadas de licenciamento dos municípios.

O atendimento aos requerimentos de Licenciamento Ambiental Municipal e o desempenho dos processo para emissão das licenças ambientais pode ser observado na tabela abaixo, bem como a arrecadação de cada município com as taxas de licenciamento. Além das taxas arrecadadas, vale ressaltar que o licenciamento das obras públicas municipais que enquadram-se como atividade de impacto local o município deixa de pagar, dessa forma, tendo uma economia, ou seja, contribuindo para o pagamento no valor do rateio ao Consórcio. Segue abaixo tabela que reflete os números de requerimentos de licenciamento ambiental atendidos, por município, desde a data de habilitação do município até 23 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIOS	INÍCIO	Nº DE PROCESSOS	ARRECADAÇÃO DE TAXAS
Baixo Guandu	Nov./2018	140	139.920,99
Brejetuba	Jul./2018	166	154.879,59
Conceição do Castelo	Set./2018	168	144.861,52
Itaguaçu	Jan./2019	94	103.756,34
Laranja da Terra	Dez./2018	38	36.929,34
<b>TOTAL</b>		<b>606</b>	<b>580.347,78</b>

**Tabela 03:** Atendimento do Licenciamento Ambiental 2022.



2.2 Apoio à Fiscalização Ambiental: Embora o poder de polícia é de competência do município, o Consórcio oferece apoio à fiscalização ambiental com intuito de contribuir para a atuação dos municípios na prevenção e remediação de impactos ambientais.

A atuação na Fiscalização deu-se por dois objetivos: Regularização ambiental dos empreendimentos não licenciados nos cinco municípios consorciados; Acompanhamento do cumprimento de condicionantes em alguns dos empreendimentos licenciados; Vistorias e elaboração de relatórios em atendimento ao Ministério Público dos municípios conforme solicitado.

### 3. Articulação Institucional

Está entre os objetivos estratégicos que contribui com os interesses comuns dos entes consorciados para celebração de parcerias (técnica, financeira e institucional) que visam a promoção de programas e projetos, desenvolvimento de ações propostas no Plano Anual e estabelecimento de relações institucionais especialmente na área de meio ambiente, mas também naquelas afins como educação, saúde, agricultura, entre outras.

Além disso, a articulação institucional está atrelada a representação institucional nas instituições participativas<sup>4</sup> (IPs) – conselhos e comitês – e apresenta-se como uma excelente estratégia de fortalecimento das ações ambientais e integração das políticas públicas.

Os Comitês são órgãos colegiados que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH), em âmbito federal, e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH), em âmbito estadual, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei Estadual nº 10.179/2014, respectivamente.

---

<sup>4</sup> Instâncias Participativas (IPs): formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45).





Os Conselhos também são órgãos colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva formados por diferentes atores da sociedade (governo, empresariado e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), conforme artigo 6º da Lei nº. 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

3.1 Representação e Representatividade: O Consórcio possui acento em Comitês e Conselhos no segmento Poder Público ou Sociedade Civil com o objetivo de fortalecer as discussões nesses espaços de decisão democrática:

- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH DOCE): Possui abrangência interestadual, Minas Gerais e Espírito Santo, formado por membros dos comitês dos rios afluentes do Rio Doce.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH GUANDU): O Consórcio apoia a Secretaria Executiva do CBH Guandu e é membro no segmento Poder Público.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (CBH ITAPEMIRIM): O Consórcio é suplente da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo.
- ✓ Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico: O Consórcio possui acento com um conselheiro titular e um suplente, exceto do município de Itaguaçu, porém, atende as solicitações do Presidente do Conselho.

Conselho	Município	Membro
COMDEMASB <sup>5</sup>	Baixo Guandu	Jancy Aschauer e Nutiele Carvalho
COMDEMASB	Brejetuba	Jailson Correa e Ana Paula Bissoli
CONDEMAS <sup>6</sup>	Conceição do Castelo	Jailson Correa e Ana Paula Bissoli
COMMA <sup>7</sup>	Itaguaçu	-
COMMARSA <sup>8</sup>	Laranja da Terra	Jancy Aschauer e Nutiele Carvalho

**Tabela 04:** Participação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

<sup>5</sup> Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMDEMASB).

<sup>6</sup> Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (CONDEMAS).

<sup>7</sup> Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

<sup>8</sup> Conselho Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Básico (COMMARSA).



## CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Vale destacar que a participação nos conselhos foi estimulada, especialmente, pela atuação do Consórcio no Licenciamento Ambiental Municipal, pois o pleno funcionamento dos mesmos é prerrogativa para a habilitação para o Licenciamento Ambiental Municipal e a Fiscalização.

O Consórcio primou pelo fortalecimento das parcerias já existentes como INCAPER, IFES, TNC, IDAF, entre outros. E articulou diálogo para possíveis parcerias por meio de participação em reuniões/eventos/cursos que trataram de assuntos afins a sua área de atuação que contribui para formação da equipe técnica, articulação de novas parcerias e intercâmbio de experiências.

Por fim, para demonstrar a atuação do Consórcio em todas as suas áreas de atuação e prestação de serviços aos entes consorciados, segue anexo o Relatório de Atividades do 1º e 2º Semestre de 2022 que ilustra a dinâmica do trabalho regionalizado.

**ANA PAULA ALVES BISSOLI**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA**